

O mercado livre e as tarifas de energia

ARTIGO

Rodrigo Ferrelira

Presidente executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)

No Brasil, existem basicamente dois modelos comerciais no mercado de energia elétrica: o mercado cativo, no qual o consumidor é obrigado a comprar energia da distribuidora; e o mercado livre, com centenas de fornecedores. Em ambos, a distribuidora entrega a energia para o consumidor. Em toda a Europa, por exemplo, todos são livres, mas aqui apenas os atendidos em alta e média tensão, conhecidos co-

mo grupo A.

O fato incontestável é que a concorrência no mercado livre beneficia o consumidor. Se no mercado cativo o gerador concorre apenas uma única vez em 20 ou 30 anos, quando vende energia indexada à inflação para as distribuidoras, no mercado livre, com contratos pulverizados e de menor prazo, o gerador está frequentemente disputando mercado. Com os custos decrescentes das renováveis, cria-se um círculo virtuoso em prol do consumidor.

Contudo, é oportuno entender os fatores que contribuem para as tarifas do mercado regulado serem altíssimas: contratos de longo prazo indexados à inflação; transferência para o consumidor do ris-

E oportuno entender os fatores que contribuem para as tarifas do mercado regulado serem altíssimas

co hidrológico; contratação compulsória de energias que o consumidor não quer e o

Pais não precisa, como termicas a carvão; e custos políticos suportados pelo consumidor, como os de Itaipu, que o obriga a custear obras de infraestrutura que nada têm a ver com energia elétrica em apenas dois Estados do Brasil.

Outra discussão frequente é se o consumidor livre paga os encargos setoriais. É importante esclarecer: o consumidor livre paga absolutamente todos os encargos, inclusive todos os subsídios da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) direcionados para o mercado cativo. Apenas uma política suportada pela CDE beneficia exclusivamente o mercado livre e está alocada no gerador renovável, que oferece desconto de 50% nas redes de distribuição e trans-

missão. Ainda assim, o mesmo consumidor que recebe esse benefício participa integralmente do rateio desse subsídio na CDE.

Há também discussões menos frequentes, porém mais assertivas, para identificar se há algum custo suportado exclusivamente pelo mercado cativo e que deveria ser rateado também pelo livre, como o custo de algum atributo de segurança energética. Essa é a boa discussão a ser feita, identificando o quanto o mercado livre também viabiliza a segurança energética. A boa discussão também é como estender o mercado livre a todos os brasileiros, dando a eles direito de escolha e acesso ao mercado concorrencial, sem gerar novo subsídio ou desequilíbrio. ●

Estatal Divisão de poder

Divergências entre Prates e Silveira dão tom à gestão na Petrobras

Disputa, que remonta ao início do governo Lula, deve ganhar força com eleição de novo conselho de administração

O enorme ruído provocado no mercado com a decisão da Petrobras de reter dividendos extraordinários – e que levou a companhia a perder R\$ 56 bilhões de valor de mercado em um único dia, na semana passada – tem como pano de fundo uma disputa que remonta praticamente ao início do governo Lula entre o presidente da estatal, Jean Paul Prates, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Na semana passada, a disputa entre Prates e Silveira teve impacto direto nas ações da Petrobras. Prates defendia um meio-termo – distribuição de 50% dos dividendos. Silveira defendia a retenção integral.

Os dois já trocaram por diversas vezes farpas em relação aos rumos da empresa – que, formalmente, é subordinada ao ministério. Procuradores, Petrobras e Ministério de Minas e Energia não haviam respondido até a conclusão desta edição.

O clima de desarmonia ganhou mais um componente com a proximidade de uma nova eleição para o conselho da Petrobras, em 25 de abril. Embora o governo até possa reconduzir os atuais integrantes

tes, o rito legal abre uma janela para mudanças e aumenta a disputa de poder.

Antes da posse de Lula, Prates, ex-senador pelo PT do Rio Grande do Norte, chegou a ser especulado para assumir o ministério, mas preferiu ficar com a presidência da estatal. O ministério acabou nas mãos de Silveira, senador pelo PSD mineiro. Desde o início, houve embates entre os dois. Na divisão acertada no governo, Silveira ficou responsável pelos nomes do conselho de administração e Prates, com os da direção executiva.

Isso, porém, não foi suficiente para apaziguar as disputas. Uma desavença em relação à política da empresa para o gás natural, por exemplo, virou bate-boca nas páginas dos jornais no ano passado.

Indicação
Antes da posse de Lula, Prates chegou a ser cogitado para o ministério, mas ele optou pela estatal

Silveira fez reiteradas críticas à reinjeção de gás em reservatórios de petróleo para aumentar a pressão interna e facilitar a produção de óleo. No dia 16 de junho, Silveira disse que Prates estava sendo “no mínimo negligente” com relação ao gás.

Alguns dias depois, Prates re-

bateu. “Não adianta só brigar pelo jornal, nem achar que um está rindo demais e outro está fazendo careta. Adianta trabalhar junto e convergir”, disse, durante coletiva no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em novembro, Silveira cobrou Prates, em uma entrevista à GloboNews, por uma redução mais expressiva no preço dos combustíveis por conta da queda no preço internacional do petróleo. “No óleo diesel, vejo possibilidade de redução entre R\$ 0,32 e R\$ 0,42 e, na gasolina, entre R\$ 0,10 e R\$ 0,12.”

Prates voltou a rebater: “Jamais o presidente Lula me pediu para baixar ou aumentar o preço de combustíveis. Volta e meia ele (Lula) me liga para saber como está o mercado de petróleo, mas pedir para baixar preço, nunca”.

Na avaliação de quem acompanha o processo, um dos pontos de conflito na relação entre Prates e Silveira tem relação com o plano de investimento. O MME tem restrições aos investimentos massivos em energias renováveis, incluindo a compra de projetos em operação. O ministério questiona esses investimentos, que podem chegar a 15% do total previsto no Plano Estratégico para o período de 2024 a 2028. ●

Fazenda indica nome de Rafael Dubeux para conselho da estatal

O secretário executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, será o nome indicado pela pasta para ocupar um dos assentos do conselho de administração da Petrobras. Dubeux passará agora pelo crivo do colegiado da estatal. Não ficou definido quem perderá o cargo para a entrada de Dubeux. Até agora, as indicações para o conselho partiam do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil.

A indicação de um nome da Fazenda foi definido em reunião na segunda-feira, no Palácio do Planalto, entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Rui Costa (Casa Civil) e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

O governo tem hoje maioria no conselho da estatal (são 11 conselheiros), com seis representantes, ante cinco nomes ligados a investidores do setor privado. No governo Bolsonaro, o antigo Ministério da Economia também não contava com uma cadeira no conselho da estatal. Mas o então ministro Paulo Guedes tinha forte influência sobre a empresa.

Em meio à crise provocada pela decisão da Petrobras de reter a distribuição extra de dividendos – o mercado viu interferência política nessa decisão –, Costa disse ontem que o governo fará um rodízio de pessoas nos conselhos de administração das estatais para “oxigená-los”.

“Vamos fazer esse rodízio em outros lugares. Rodízio de pessoas de um conselho para

outro até para oxigenar os conselhos das estatais”, afirmou o ministro. “Não é exclusivo do conselho da Petrobras.”

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Sobre a polêmica envolvendo o pagamento de dividendos, Costa disse que cabe à Petrobras decidir sobre os proventos e que a Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.A.) está sendo cumprida. “Dividendos cabe à governança da Petrobras decidir. Eu não sei o porquê dessa polêmica toda”, disse. “Tudo está sendo feito conforme a Lei das S.A. e a regra de governança da Petrobras, não tem nenhuma alteração. A lei foi, está e será sempre cumprida.”

Mudança
Até agora, as indicações para o conselho partiam da Casa Civil e do Ministério da Minas e Energia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem requerimento para que o presidente da Petrobras seja convidado para participar de uma audiência para esclarecer a retenção de dividendos extraordinários.

O requerimento não estava na pauta. O autor foi o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), que pediu que Prates preste “informação sobre a interferência indevida do Poder Executivo na gestão da Petrobras sobre a política de retenção do pagamento dos dividendos”. ● CÉLIA FROUFE, SOFIA AGUIAR e CAIO SPECCHIO/BRASÍLIA